

A FUNDAMENTAÇÃO DA FELICIDADE EM MARX

*Claudio Luis de Alvarenga Barbosa**

RESUMO

Ao mostrar que não existe ética independente dos interesses fundamentalmente econômicos dos homens, Marx admite que numa sociedade dividida em classes não existe uma ética acima dessas classes. Isso nos leva a inferir que em uma sociedade de classes antagônicas não existe uma noção de felicidade que sirva igualmente para todas essas classes. O que existe é um conceito de felicidade em forma de ideologia que expressa interesses da classe dominante. Assim, o objetivo deste trabalho é discutir o conceito de felicidade, dominante na sociedade capitalista contemporânea, à luz da obra de Karl Marx. Esperamos contribuir, dessa forma, para a constituição de uma noção de felicidade pautada em uma leitura crítica do pensamento de Marx, mesmo que não encontremos em seus escritos, referências explícitas a essa noção.

Palavras-chave: Felicidade. Ética. Economia.

ABSTRACT

By showing that there is no ethics which could run independently fundamentally economical interests of men, Marx admits that in a class society there can never be an ethics above its classes. This leads us to, we infer that in a society of antagonistic classes a notion of happiness cannot serve equally for everyone. What we can find

* Doutor em Educação (UFF); Mestrando em Filosofia (UERJ); Professor da Faculdade de Educação da Universidade Católica de Petrópolis.

is an ideological form which expresses private interests of the dominant class. So, the aim of this work is to discuss the concept of happiness, widespread in the contemporary capitalist society, under the light of Karl Marx's work. Contribute, with this, for the constitution of a notion of ruled happiness in a critical reading of Marx's thought, even if we don't find, explicit references the that notion in their writings.

Keywords: Happiness. Ethics. Economy.

Introdução

Qual é o propósito da vida humana? O que confere significado à nossa vida? Alguns filósofos acreditam que para tudo o que fazemos existe um fim que desejamos, e em última instância, esse fim é a felicidade. Dessa forma, ao homem não bastaria a sobrevivência, mas seria necessária, sobretudo, a felicidade. No entanto, enquanto para uns a felicidade está na busca do prazer, para outros, os prazeres provocam instabilidade, dor e sofrimento, e a felicidade consistiria na total ausência de perturbação. Há também, quem pense que a verdadeira felicidade só se encontra no destino após a morte, ou em uma vida terrena dedicada à contemplação de Deus. Mas o que seria então, essa coisa abstrata chamada felicidade?

Chegando com grande força ao século XXI, a noção de felicidade engendrada pela aliança entre utilitarismo e capitalismo¹ coloca-se acima de todas as outras concepções de felicidade surgidas até então, e se mostra como a mais sedutora no mundo globalizado contemporâneo. Assim, a estreita relação que se estabeleceu entre

¹ Utilizamos o termo conforme a seguinte definição: "qualquer que seja a sua forma, é a propriedade privada do capital nas mãos de uma classe, a classe dos capitalistas, com a exclusão do restante da população, que constitui a característica básica do capitalismo como modo de produção" (BOTTOMORE, 1988, p. 51).

o utilitarismo e as doutrinas da nascente ciência econômica liberal no final do século XVIII permitiu à teoria utilitarista atravessar os séculos com tamanho poder de persuasão.

No entanto, inserido num movimento geral, contrário a uma moral formalista — fundada na razão universal e abstrata, de um sujeito transcendental — Karl Marx (1818-1883), surge como um dos opositores do utilitarismo. Diferentemente, explica a moral como uma das expressões da consciência humana; para ele, essas expressões refletem as relações sociais estabelecidas no mundo do trabalho, e a cada variação do modo de produção (maneira como se organiza a produção), modificam-se as normas morais, assim como os valores políticos, estéticos etc.

Ao aceitarmos a felicidade como um valor moral, tomamos como pressuposto que a felicidade é um conceito histórico. Nesse contexto, apesar de ter sofrido várias interpretações ao longo do tempo, o conceito de felicidade assumiu uma perspectiva única a partir do advento do capitalismo, que se tornou hegemônica nas sociedades que vivem sob a égide desse modelo econômico. Esse novo sentido dado à noção de felicidade ignora todas as outras, impregnando o modo de vida do homem contemporâneo.

Assim, ao tentarmos apreender uma noção de felicidade na expressão ética do pensamento marxista, o que se pretende, a princípio, é discutir o conceito de felicidade dominante na sociedade capitalista contemporânea, à luz da obra de Marx. A partir dessa discussão, acreditamos poder contribuir para a constituição de uma noção de felicidade pautada em uma leitura crítica do pensamento de Marx, mesmo que essa noção não apareça explicitamente em seus escritos. Afinal, o marxismo só pode se revigorar e ter algo de importante a nos dizer, na medida em que estiver constantemente disposto a voltar-se sobre si mesmo, reelaborando-se sobre seus próprios fundamentos.

O Utilitarismo e a questão da felicidade

Ao olharmos a história do homem sobre a Terra e a evolução de seu pensamento, percebemos com certa facilidade que nenhum

conceito ou noção se fez tão presente às preocupações humanas quanto a noção de felicidade. De forma explícita e consciente ou de uma forma mais “instintiva” ou indireta, em suas ações, o homem sempre almejou a felicidade. Parece-nos, até mesmo, que essa ânsia de ser feliz é um ponto comum que une os homens de diferentes épocas.

Já no século IV a.C., Aristóteles (1979, p. 49) afirmava que “para as coisas que fazemos existe um fim que desejamos por ele mesmo e tudo o mais é desejado no interesse desse fim, [...] evidentemente tal fim será o bem, ou antes, o sumo bem”. Nesse sentido, acreditava que “quase todos estão de acordo [...] ser esse fim a felicidade e identificam o bem viver e o bem agir como o ser feliz. Diferem, porém, quanto ao que seja a felicidade, e o vulgo não o concebe do mesmo modo que os sábios” (1979 p. 51).

Tomando como verdadeiro o que foi dito pelo filósofo, se por um lado podemos inferir que, em última instância, o que todo homem quer — e isso vale para todas as épocas — é ser feliz, o mesmo não podemos dizer sobre o que se considera como felicidade, para homens de épocas distintas. Afirmer que os homens sempre conduziram suas vidas tentando atingir a felicidade, não quer dizer que todos trilham o mesmo caminho para atingir esse objetivo, já que o conceito de felicidade teve diversos significados ao longo da história da humanidade.

Esses diversos significados engendraram condutas específicas para atingi-los. Ser feliz, não importando em qual significado, sempre pressupôs determinados padrões de comportamento. Ou seja, a felicidade, enquanto um valor a ser almejado a qualquer custo implica a adoção de certos padrões de comportamentos e atitudes diante da vida, que garantam ao ser humano o alcance desse valor. E dentre os padrões adotados pelo homem na busca da felicidade destaca-se, por sua influência no mundo contemporâneo, o engendrado pelo utilitarismo.

Herdeiro do movimento iluminista, o utilitarismo da primeira metade do século XIX é o movimento filosófico que constitui — dentro da tradição filosófica empirista — a primeira manifestação do positivismo social na Inglaterra. Dentre os representantes mais

importantes do utilitarismo destacam-se Jeremy Bentham (1748-1832), James Mill (1773-1836) e seu filho John Stuart Mill (1806-1873), bem como, dois grandes estudiosos da economia clássica, habitualmente relacionados entre os representantes do utilitarismo, Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823).

Para a maioria dos historiadores da filosofia, Jeremy Bentham é o fundador do utilitarismo, cujo princípio fundamental (já presente no iluminismo) é *a máxima felicidade possível para o maior número possível de pessoas*. Para esse filósofo, o utilitarismo é a tentativa de transformar a ética em ciência positiva da conduta humana², fato que contribui para o surgimento de opositores a essa doutrina.

No domínio da moral, Bentham sustenta que os únicos fatos verdadeiramente importantes são o prazer e a dor. Ou seja, os únicos motivos da ação humana seriam alcançar o prazer e evitar a dor. Avaliar e expressar aprovação ou desaprovação por um ato significa pronunciar-se sobre sua idoneidade para gerar pena ou prazer. Assim, o juízo moral torna-se juízo sobre a felicidade: bom é o prazer (ou felicidade), e má é a dor. Para essa moral utilitarista, todo indivíduo sempre persegue o que reputa ser sua felicidade ou aquele estado de coisas em que se dê a maior felicidade e a mínima dor. Assim, a moral se reduz a uma espécie de hedonismo³ calculado, que avalia atentamente as características do prazer: duração, intensidade, proximidade etc. Sábio é quem sabe renunciar a um prazer imediato por um bem futuro cuja avaliação é melhor.

Na perspectiva de Bentham, já que os homens procuram cada qual a sua própria felicidade, cabe ao legislador a função de harmonizar os interesses privados com os públicos. Portanto, a lei penal é o método para fazer com que coincidam os interesses do indivíduo e os da comunidade. Sofrendo considerável influência

² Jeremy Bentham, em sua obra *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação* (1789), expõe a filosofia utilitarista como uma ciência que queria tornar “exata como a matemática”.

³ “(Do grego *hedoné*: prazer). Nome genérico das diversas doutrinas que situam o prazer como o soberano bem do homem ou que admitem a busca do prazer como o primeiro princípio da moral” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1986, p. 122).

do pensamento de Bentham, Stuart Mill (1979, p. 307) admite que, “o Estado que tende a enfraquecer o valor dos indivíduos para torná-los dóceis instrumentos dos seus projetos, logo perceberá que não se podem realizar grandes coisas com pequenos homens”.

A valorização da *livre iniciativa* e da *liberdade individual*, bases do liberalismo, também está presente no pensamento de Stuart Mill. Para esse pensador, a natureza humana só pode se manifestar fecundamente quando os vários indivíduos estiverem em condições de desenvolver os seus diferentes modos de vida. Naturalmente, a liberdade de cada um encontra o seu limite na liberdade do outro. E o bem-estar de todos depende da maior liberdade possível de cada um.

Portanto, na definição de Stuart Mill, a quem cabe o mérito de haver elaborado uma forma sofisticada de utilitarismo, as ações são boas quando tendem a promover a felicidade, e são más quando tendem a promover o oposto da felicidade. Essas ações são boas ou más conforme suas conseqüências, sendo que o objetivo de uma boa ação, de acordo com os princípios do utilitarismo, é promover em maior grau o bem geral.

Pressupostos para uma ética marxista

Mas o que é bem geral? A partir desse questionamento, surgiu uma série de objeções ao utilitarismo, geralmente apontando para a dificuldade de se estabelecer um critério definidor de “bem geral”. Por não priorizar as condições histórico-sociais nas quais deve ser aplicado seu princípio (a maior felicidade para o maior número de homens), o utilitarismo não leva em consideração que, “nas sociedades baseadas na exploração do homem pelo homem, a felicidade do maior número de homens não pode ser separada da infelicidade que a torna possível” (VÁZQUEZ, 1995, p. 48).

Marx condena a sociedade burguesa ao afirmar que essa sociedade se funda na exploração e na opressão da maioria pela minoria. Mas diferentemente de sociedades anteriores — onde também havia esse tipo de exploração — a dinâmica da sociedade burguesa procura legitimar-se minimamente ao produzir

mecanismos que ocultam essa exploração. Mecanismos como a *alienação* e a *reificação*, conectadas ao *fetichismo de mercadoria* são essenciais à existência da sociedade burguesa.

No sentido proposto por Marx, a alienação é o estado no qual os homens se tornam (ou permanecem) alheios, desligados, enfim, alienados a um ou mais desses aspectos: 1) aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma); 2) à natureza na qual vivem; 3) a outros seres humanos; 4) a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente). E a reificação seria o último estágio de alienação do trabalhador, no sentido de que sua força de trabalho se transforma em valor de troca, escapando a seu próprio controle e tornando-se uma “coisa autônoma”.

Para esse pensador, quando na sociedade capitalista, os objetos materiais possuem características que lhe são conferidas pelas relações sociais dominantes, mas que aparecem como se lhes pertencessem naturalmente, temos então, o fetichismo, que impregna toda a produção capitalista. Sua forma elementar é o fetichismo de mercadoria, que seria o padrão mais simples e universal do modo pelo qual ocultam-se as relações sociais subjacentes às formas econômicas do capitalismo, como por exemplo, quando o capital — como quer que seja entendido, e não a mais-valia — é tido como a fonte do lucro (BOTTOMORE, 1988).

Numa sociedade desse tipo — organizada segundo os mecanismos citados — apesar de o trabalhador colocar sua vida no objeto produzido, é este que se apodera de sua vida. O produto do trabalho aparece ao trabalhador como um ser estranho. Assim, no processo de trabalho capitalista, a produção do trabalhador implica na sua alienação, ou seja,

a alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição com ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica (MARX, 1993, p. 160).

Na concepção marxista, a liberdade e a igualdade formais, enaltecidas pela sociedade burguesa, não passam de formas ideológicas que recobrem a dominação de classe exercida pela burguesia. Para Marx e Engels (1986, p. 72), “a classe que tem a sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual [...]. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes”. Ou seja, as idéias dominantes de cada época são as idéias da classe dominante, pois a classe que tem o domínio da *força material* da sociedade, representa ao mesmo tempo a *força espiritual* dominante.

Para nos apropriarmos adequadamente do pensamento marxista, é muito importante entendermos que a idéia fundamental de Marx é a sua certeza de que o homem faz sua própria história; ele é seu próprio criador: a história humana difere da história natural por nós termos feito a primeira, mas não a última (MARX, 1975). Ao contrário de Hegel, Marx estuda o homem e a história partindo do homem real e das condições econômicas e sociais em que ele tem de viver, e não primordialmente das idéias desse homem. Assim, “o primeiro pressuposto de toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos” (MARX; ENGELS, 1986, p. 27).

E como a condição de continuidade da existência de uma sociedade é, em primeiro lugar, a sua reprodução e a produção das condições materiais de vida, as relações sociais possuem um caráter predominantemente econômico. Dessa maneira, formula-se uma concepção materialista da história na medida em que não é a consciência dos homens que faz a história, mas ao contrário ela é produto da realidade objetiva histórica. Sendo assim,

na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a

qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se transformam em grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez (MARX, 1978, p. 129-130).

Se como vimos anteriormente, é o modo de produção da vida material que condiciona o processo de vida social, política e intelectual em geral, depreende-se que a noção de felicidade é uma forma de consciência social, que por sua vez reflete as condições de vida material da sociedade, sendo, portanto, uma noção histórica. Em uma sociedade de classes antagônicas, que surge de determinações econômicas entre os homens e os meios de produção, a ética reflete esse antagonismo. A ética, em uma sociedade formada por classes antagônicas, acaba sendo ideológica por expressar interesses de classes.

As diferentes doutrinas éticas em uma sociedade de classes, em dado momento histórico, expressam a luta de classes. Sendo que a classe que domina a produção material, domina também a produção intelectual, cultural e artística; nesse sentido, ela possui um domínio também no campo da produção de normas morais. Tal fato influencia diretamente na constituição de uma noção de felicidade pautada na paixão pelo dinheiro e pela propriedade, por exemplo, servindo aos interesses dessa classe que domina a produção social.

Marx, ao mostrar, que não existe ética independente dos interesses fundamentalmente econômicos dos homens, admite que numa sociedade dividida em classes não existe uma ética acima das classes. Assim, podemos inferir que em uma sociedade de classes antagônicas não existe uma noção de felicidade que sirva igualmente para todas as classes. O que existe é um conceito de felicidade em forma de ideologia que expressa interesses da classe dominante.

Contrários à postura utilitarista da classe burguesa, os fundamentos da ética marxista se encontram nas tentativas de recuperar o “homem concreto”, que se tinha transformado numa série de abstrações em diversas doutrinas morais. Para Marx e Engels, não existe o “homem abstrato” como conceito absoluto, mas sim o homem real, que estabelece com outros homens e com a natureza uma relação real, e esta ação se altera e se transforma. A história da sociedade nada mais é do que a história das relações entre os homens, e dos homens com a natureza.

Portanto, antes de classificar os homens que atuam na história em bons e maus, é preciso entender o mundo objetivo material dos homens e as necessidades que dele emergem. As várias relações que o homem contrai numa determinada época constituem uma formação econômico-social que muda historicamente sob o impulso, principalmente, da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Mudando-se a base econômica, muda-se também a superestrutura ideológica e, evidentemente, a ética.

Ou seja, a consciência social é um reflexo do ser social, das condições de vida material da sociedade. Essa consciência social tem uma base real e atua através da ação dos homens nesta mesma base real. Assim, a ética para o marxismo é uma das formas da consciência social e neste sentido, ela é histórica e se transforma toda vez que a base real da sociedade se transforma. Ela se altera segundo necessidades objetivas e reais, onde o bem e o mal, o certo e o errado, e especificamente a felicidade, possuem conteúdo social mutável.

Marx e a felicidade

Na perspectiva marxista, podemos inferir que qualquer conceito de felicidade “surge sempre de um estágio particular do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção e é sempre relativa a um modo particular de produção e a interesses particulares de classe” (BOTTOMORE, 1988, p. 270). Na maneira como o homem produz encontra-se a explicação para a origem de suas idéias, assim como seus interesses, e conseqüentemente para sua noção de felicidade. O modo de produção, dependente de condições dadas objetivamente, de certa forma determina o pensamento e o desejo do homem.

Com efeito, certas condições econômicas, como as do capitalismo, produzem como principal incentivo o desejo de dinheiro e de propriedade. Outras condições econômicas podem produzir exatamente os desejos opostos, tais como são encontrados em muitas culturas orientais e nas etapas iniciais do capitalismo. Portanto, a paixão pelo dinheiro e pela propriedade, na perspectiva marxista, é tão economicamente condicionada quanto as paixões diametralmente opostas: são *desejos relativos*.

Ao refletir sobre esses desejos relativos, que devem sua origem apenas a um certo tipo de organização social, percebe-se que na sociedade capitalista eles engendram uma noção de felicidade comprometida com os princípios éticos da burguesia. Entretanto, enquanto aumenta o seu poder sobre a matéria, o homem contemporâneo sente-se menos potente na sua vida individual e em sociedade. Segundo Fromm (1983a, p. 120), o homem moderno

julga estar agindo em prol de seu interesse quando na realidade sua preocupação predominante é dinheiro e sucesso; ele se ilude deixando que suas mais importantes potencialidades humanas permaneçam atrofiadas e perdendo a si próprio enquanto busca o que é imaginado ser o melhor para si.

Na verdade, em relação à afirmação anterior, não se trata de uma defesa da manutenção da pobreza — como se aceitássemos

como verdadeiro o adágio popular “dinheiro não traz felicidade” — mas de uma tentativa de fazer com que se reflita sobre os conceitos de prazer e felicidade, pois felicidade ou infelicidade dependem de nossos “sentimentos conscientes de estarmos felizes ou infelizes e que estar satisfeito ou mortificado sem o saber equivale a não estar uma coisa nem outra” (*ibid.*, p. 157).

Nessa perspectiva, a crítica feita por Marx ao capitalismo não tem como foco central a injustiça na distribuição de riqueza, mas sim a perversão do trabalho. Essa perversão se dá pelo trabalho forçado, alienado e sem sentido que transforma o homem em uma “monstruosidade aleijada”. Segundo Marx (1993, p. 159),

o trabalhador torna-se mais pobre quanto mais riqueza produz [...]. A realização do trabalho aparece na esfera da economia política como desrealização do trabalhador [...]. A realização do trabalho surge de tal modo como desrealização que o trabalhador se invalida até à morte pela fome [...]. Todas estas conseqüências derivam do fato de que o trabalhador se relaciona ao produto do seu trabalho como um objeto estranho.

Não seria exagero afirmar, que a crítica feita por Marx ao capitalismo, tem como um de seus argumentos o fato de esse modelo econômico ter feito do interesse pelo dinheiro e pelos ganhos materiais o principal motivo do homem. Em contrapartida, seu conceito de socialismo é precisamente o de uma sociedade em que esse interesse material deixasse de ser o dominante.

A vida moderna está organizada de modo a exigir que a dependência direta dos outros seja a menor possível. A ambição mais ou menos universal parece ser a de todos terem sua própria casa, seu próprio automóvel ou seu próprio computador para serem o mais independentes que puderem. Nessa perspectiva, a idéia de felicidade aparece como correlata da idéia de individualidade. Caminhando em sentido oposto a essa tendência, Marx nos mostra que os homens fazem coletivamente a sua história. Para esse filósofo, a capacidade de julgar o que é bom e o que é mau, o que é digno e o que não é, é socialmente dada, do mesmo modo que o conhecimento

do mundo é determinado pelo desenvolvimento histórico da sociedade. Assim, as relações sociais, via consciência social predominante, formam o indivíduo que nasce e vive no seio de uma dada sociedade.

Diante dessa perspectiva, acreditamos que o conhecimento que Marx produziu sobre a natureza da exploração capitalista e a sua crítica das formas ideológicas que recobrem a dominação de classe burguesa — a liberdade e a igualdade formais — abrem ainda hoje a possibilidade de uma ultrapassagem dessa mesma sociedade burguesa. Paradoxalmente, nessa sociedade os homens trilham, concomitantemente, caminhos de racionalidade e irracionalidade crescentes. Ao mesmo tempo em que a ciência avança em vertiginosa velocidade, oferecendo respostas em todas as frentes, multiplica-se o número de instituições religiosas, por exemplo, e a busca da felicidade algumas vezes se dá pelos caminhos mais tortuosos.

O homem contemporâneo vive momentos de grandes incertezas, e a tão sonhada felicidade parece escapar-lhe por entre os dedos. Nesse mundo contemporâneo, parece continuar sendo candente a *questão filosófica da felicidade*. Por isso, mesmo cientes das dificuldades, propusemo-nos a investigar essa temática por acreditar que ela é extremamente relevante para os homens de nossos dias. E para discutir essa questão, escolhemos fazê-lo a partir do pensamento de Karl Marx, por acreditar no potencial transformador de suas idéias.

Na medida em que Marx e Engels não se detiveram explicitamente sobre o conceito de felicidade, a apreensão do mesmo se realiza a partir do estudo e da interpretação de alguns textos do próprio Marx. Desde os seus primeiros escritos, em que expressa seu ódio ao servilismo quando discute a alienação nos *Manuscritos econômico-filosóficos* e em *A ideologia alemã*, até os violentos ataques às condições nas fábricas e à desigualdade em *O capital*, é evidente que Marx era movido pela indignação e por um intenso desejo de um mundo melhor, onde os homens pudessem ter acesso à felicidade.

Dessa forma, os textos de Marx e Engels abrem a possibilidade de se pensar uma noção de felicidade emancipadora das potencialidades do homem. Noção essa, contrária à forma de felicidade (engendrada pelo utilitarismo) dominante na sociedade

capitalista contemporânea e cujo objetivo é recobrir a dominação de classe burguesa. Se a noção de felicidade dominante em uma sociedade, como pode ser inferida da obra de Marx, é produto das relações econômicas de uma época, só pode ser adequadamente apreendida a partir do conceito de trabalho e das relações de intercâmbio que o homem estabelece com a natureza, como já assinalamos anteriormente. Portanto, a constituição da noção de felicidade na expressão ética do pensamento marxista, nos induz a uma noção estritamente fundada sobre o materialismo histórico e dialético, tendo seus fundamentos pautados na preocupação com o homem e com a realização de suas potencialidades.

A filosofia contemporânea ainda não se deteve de maneira adequada para analisar a noção de felicidade na perspectiva marxista, nos limites em que ela pode servir para descrever situações humanas e orientá-las. Contudo, a importância dessa noção é hoje evidenciada pelo interesse que algumas noções negativas como “frustração”, “insatisfação” etc, têm no campo da psicologia individual e social, normal e patológica. Estas noções e outras análogas indicam, pois, a ausência mais ou menos grave da condição de satisfação, pelo menos relativa, que a palavra felicidade tradicionalmente designa. A importância dessas noções negativas para a análise de estados mais ou menos patológicos, evidencia a importância que a noção de felicidade na perspectiva marxista tem para as condições da vida humana.

Para muitas pessoas impregnadas pelos valores da ética burguesa, a filosofia de Marx parecerá obsoleta, fora de moda, utópica. Entretanto, acreditamos que a filosofia de Marx é de protesto; é um protesto impregnado de fé no homem, em sua capacidade para libertar-se das noções ideológicas de felicidade e para a construção de uma noção de felicidade pautada na realização das potencialidades do ser humano.

Ainda que tenhamos que reconhecer as limitadas dimensões deste ensaio, entendemos que revisitar o pensamento marxista seja tarefa tão complexa quanto necessária. Sendo um pensamento objetivamente comprometido com os interesses dos trabalhadores, ele é combatido pelas classes dominantes e declarado por elas como

já superado. Mas a filosofia de Marx representa um protesto contra a alienação do homem, contra sua perda de si mesmo e contra sua transformação em objeto. Estudar Marx, assim, é penetrar em um mundo de idéias subversivas, que desafiam a ordem burguesa e permitem vislumbrar uma sociedade liberta da exploração e da opressão da maioria pela minoria, onde a felicidade seja possível para todos os homens, e não apenas para os integrantes de uma determinada classe.

Bibliografia

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Coleção Os pensadores).

BALIBAR, Étienne. *A filosofia de Marx*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BOITO JR., Armando; TOLEDO, Caio, RANIERE, Jesus (org.). *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. São Paulo: Xamã, 2000.

BOSCH, Philippe. *A filosofia e a felicidade*. Trad. Maria Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BOTTOMORE, Tom (coord.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CUNHA, José A. *Filosofia: iniciação à investigação filosófica*. São Paulo: Atual, 1992.

FROMM, Erich. *Conceito marxista do homem*. Trad. Octavio Velho. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. *Análise do homem*. Trad. Octavio Velho. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1983a.

_____. *Psicanálise da sociedade contemporânea*. Trad. L. Bahia e Giasone Rebuá. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1983b.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LEFEBVRE, Henri. *Para compreender o pensamento de Karl Marx*. Lisboa: Edições 70, 1966.

MARX, Karl. *O Capital – o processo de produção do Capital*. Trad. Reginaldo Sant’Anna. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Livro 1, v. 1.

_____. *Para a crítica da economia política*. Trad. de José A. Giannotti e Edgar Malagodi. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os pensadores).

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Trad. José C. Bruni e Marco A. Nogueira. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MILL, J. Stuart. *Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela*. Trad. Pablo Mariconda. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os pensadores).

_____. *A liberdade; Utilitarismo*. Trad. Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MISRAHI, Robert. *A felicidade: ensaio sobre a alegria*. Trad. Flavia Nascimento. Rio de Janeiro: DIFEL, 2001 (Coleção Enfoque. Filosofia).

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez *Ética*. Trad. João Dell’Anna. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

Data de Registro 03/06/05

Data de Aceite 23/08/05